



RESENHA



RECURSOS, REGIMES DE RENDA E (SUB)DESENVOLVIMENTO: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS, ANALÍTICAS E EMPÍRICAS DE GÉRAUD MAGRIN

MAGRIN Géraud. *Voyage en Afrique rentière, une lecture géographique des trajectoires du développement*. Publications de la Sorbonne, coll. Territoires en mouvements: Paris, 2013, 424 p.

Por Frédéric Monié

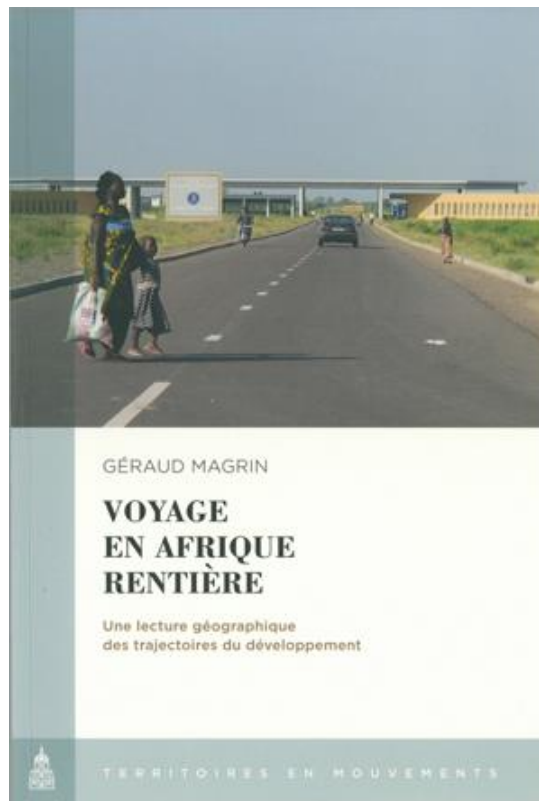
159

Frédéric Monié

Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Coordenador do GeoÁfrica
Contato: fredericmonie@igeo.ufrj.br

Como citar

MONIÉ, F. Recursos, regimes de renda e (sub)desenvolvimento: contribuições teóricas, analíticas e empíricas de Géraud Magrin. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 7, p. 159-162, jul-set 2023.





Em 2013, o Geógrafo africanista Géraud Magrin publicou o livro intitulado *Voyage en Afrique rentière. Une lecture géographique des trajectoires du développement* onde apresentava resultados de anos de pesquisa e reflexão sobre as relações entre extrativismos, regimes de renda, governança e (sub)desenvolvimento na África subsaariana. A *viagem* científica do pesquisador privilegiou alguns países da África ocidental como Mali, Mauritânia, Senegal e, sobretudo, o Chade, onde o autor estudou mais especificamente as dinâmicas socioeconômicas e territoriais posteriores à descoberta de reservas de petróleo na bacia de Doba, no sul do país. Anos de pesquisa de campo, uma ampla revisão bibliográfica abraçando referências acadêmicas de diversos campos disciplinares, literatura cinza, fontes clássicas e mais atuais, alimentam análises extremamente rigorosas e uma reflexão particularmente original. Se as teorias clássicas (por vezes criticadas pelo autor) sobre a temática em tela (“doença holandesa”, “maldição dos recursos naturais”, “paradoxo da abundância” etc.) foram elaboradas essencialmente no campo da economia política, Magrin privilegia as dimensões espaciais e territoriais das trajetórias do (sub)desenvolvimento em regiões e países cujas economias são altamente dependentes das exportações de recursos naturais e de fluxos financeiros exógenos (remessas de migrantes, “ajuda” internacional etc.).

A primeira parte do livro propõe uma reflexão teórica sobre as relações entre regimes de renda e (sub) desenvolvimento. Desconectadas de atividades produtivas tradicionais, as economias de renda apresentam geralmente um perfil extrativista e predatório que permite sua reprodução sem que haja, segundo o autor, mecanismos de acumulação (MAGRIN, 2013, p. 8). Numa perspectiva de longa duração, as raízes do fenômeno mergulham na história pré-colonial de reinos e impérios da África ocidental cuja prosperidade era intimamente ligada à extração e exportação de ouro. Os tratos escravistas perpetuaram e agravaram o caráter rentista das economias e das estruturas políticas, apropriadas por elites exclusivamente preocupadas pela sua perpetuação no poder. Com a colonização do continente africano no final do século XIX, as potências europeias modernizaram e diversificaram as fontes de renda, investindo em particular na agricultura de *plantation*, na mineração e nas infraestruturas técnicas que lhe dão suporte (ferrovias e portos exportadores, em particular). Esse processo de modernização agravou e sistematizou a inserção subalterna da África subsaariana na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) como provedora de recursos primários ou bens pouco processados. Após as independências das décadas 1960 e 1970, o fracasso de projetos desenvolvimentistas experimentados em alguns países africanos, como a



Nigéria, sinalizaram a dificuldade de operar uma transição rumo a sistemas produtivos integrados e diversificados.

Na segunda parte do livro, a análise geográfica das economias de renda remete inevitavelmente a figura do *enclave*, estrutura espacial característica do extrativismo e da agricultura de *plantation* que já tinha sido teorizada por pensadores sul-americanos do (sub)desenvolvimento em meados do século XX. Ilha de “*modernidade territorial importada*” (MAGRIN, 2013, p. 212) inserida num arquipélago corporativo multiescalar, o *enclave* é uma ilustração da desterritorialização de sítios extrativos cujas conexões são mais densas e fluidas com espaços distantes – via redes técnicas de transporte e de comunicação imaterial – do que com seu entorno local e regional.

A terceira parte evidencia que a capacidade desses sítios extrativistas de irradiar efeitos desencadeadores permanece um desafio teórico, político e operacional para o planejamento regional e as políticas desenvolvimentistas. Géraud Magrin ressalta, nos capítulos 8 e 9, que desde o início da década de 2000 alguns governos promoveram iniciativas políticas e institucionais visando a regular as atividades de extração de minérios e hidrocarbonetos no sentido de gerar efeitos benéficos para as economias e sociedades locais, limitando paralelamente seus impactos sobre o meio-ambiente. Novos códigos de mineração, inovação na gestão dos *royalties*, descentralização implicando os atores políticos locais etc. são reformas suscetíveis, segundo o autor, de criar *interstícios de bifurcação* (MAGRIN, 2023, p. 319). Da mesma maneira, a descentralização político-administrativa abriu teoricamente perspectivas de maior protagonismo para as autoridades locais.

No entanto, a construção de trajetórias de desenvolvimento enfrenta um conjunto de obstáculos. Se, por um lado, os efeitos da “doença holandesa” são passíveis de ajustes mediante orientações macroeconômicas inovadoras, o equacionamento dos desafios impostos pelo “paradoxo da abundância” impõe profundas transformações políticas e institucionais tributárias de uma mobilização da sociedade civil e do poder político local. A promoção de projetos de desenvolvimento social e territorialmente inclusivos enfrenta entraves estruturais: papel das grandes corporações transnacionais, que se beneficiam das dinâmicas de extravasão, financiam redes de corrupção e, em alguns casos, conflitos armados; caráter patrimonialista da maioria dos Estados africanos; escassez de recursos destinados aos investimentos públicos; baixa densidade institucional e caráter frequentemente autoritário do exercício do poder político. ONU, Banco



Mundial, Agências temáticas internacionais e ONGs de grande porte são também responsabilizados por promover uma cooperação com frequência descontextualizada/desterritorializada (MAGRIN, 2013, p. 331).

Desde a publicação do livro de Géraud Magrin em 2013, a combinação de fatores conjunturais e estruturais desenhou um cenário pouco favorável à trajetórias desenvolvimentistas na África subsaariana. O fim do *super ciclo das commodities* e as fortes oscilações do preço dos recursos naturais provocaram uma desaceleração do crescimento econômico e perdas significativas de receitas das exportações, em particular para os países produtores de petróleo e minérios. Do seu lado, os volumosos investimentos em infraestruturas das duas últimas décadas se traduziram por um forte aumento da dívida pública, que alcança hoje quase 60% do PIB, nível inédito desde o início dos anos 2000. O endividamento limita de maneira drástica a capacidade de investimento dos governos. O agravamento do cenário geopolítico em algumas regiões desestimula também os investimentos, enquanto os efeitos da pandemia de COVID-19 e da guerra na Ucrânia alimentam os déficits orçamentários e mecanismos inflacionistas que agravam a vulnerabilidade social e alimentar das populações. Por sua parte, o crescente protagonismo econômico e comercial de países do “Sul Global”, mais especificamente da China, que privilegiam a compra de terras (*land grabbing*) além de investimentos em setores extrativistas e nas redes técnicas de escoamento e exportação de *commodities*, contribui, paradoxalmente, para agravar o caráter subordinado da inserção na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) de um continente cada vez mais dependente da extração e do comércio de recursos primários.